

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Campos Neto entra em férias, e o dólar despencou

Bastou o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, entrar em férias e o diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo, assumir seu lugar, interinamente, para o dólar despencar. Ex-brasão direito do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Galípolo assumiu a chefia do BC por indicação de Campos Neto. O dólar encerrou a sessão de ontem em queda de 1,71%, de volta aos R\$ 5,56. Galípolo é o mais cotado para a sucessão de Campos Neto, em dezembro, por indicação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O dólar chegou a bater os R\$ 5,70 durante a tarde de terça-feira, o maior patamar em dois anos e meio, alta atribuída à cautela do mercado com as recentes críticas de Lula ao BC e a Campos Neto.

As providenciais férias de Campos Neto favoreceram a queda do dólar, mas a moderação do presidente Lula no lançamento do Plano Safra também: enalteceu a competência e a importância do agronegócio e disse que tem compromisso com o equilíbrio fiscal. Sinais positivos de controle da inflação nos Estados Unidos ainda contribuíram para alterar os humores dos mercados.

Nos bastidores do mercado financeiro, as férias de Campos Neto e a reunião de Lula com Haddad, ontem, deixaram os investidores de orelha em pé, temiam uma intervenção forte do Banco Central no mercado de câmbio, sob comando de Galípolo. As reuniões entre Lula e o ministro Haddad, de fato, estão servindo para desanuviar um pouco o mercado. Oficialmente, o Palácio do Planalto disse que o encontro tratou apenas do "tema fiscal", mas o mercado acredita que medidas para tentar conter o avanço do dólar também foram cogitadas.

A especulação com o dólar começou quando Campos Neto afirmou ao mercado que não iria intervir no câmbio e considerava a alta resultado de um movimento natural de ajuste do mercado às conjunturas internacionais e expectativas sobre a economia brasileira. Ao fazer isso, num momento de crescimento das incertezas com relação ao juro americano e às críticas dos economistas à política fiscal do governo, deu a senha aos operadores das mesas de câmbio do mercado (bancos, corretoras, especuladores e gestores de recursos) de que o câmbio não tinha mais xerife.

Ou seja, poderiam especular à vontade. Não haveria risco de punição ou perda pela entrada do Banco Central no mercado para administrar os exageros na volatilidade criada pela ação dos especuladores. O presidente do BC, muito ligado ao ex-ministro da Economia Paulo Guedes e ao governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Tem vasta experiência como operador no câmbio.

O mercado de câmbio no Brasil é flutuante, ou seja, a cotação do dólar flutua de acordo com o fluxo de entrada e saída de dólares no Brasil, por conta do comércio exterior (superavit positivos e batentes recordes) e investimentos estrangeiros (também positivo, exceto Bolsa). Se está positivo, a razão para as altas diárias são motivadas por compras sem fundamento econômico, ou seja, a ação especulativa, que chegou a ser apontada pelo presidente Lula na queda de braços com Campos.

Mesa de câmbio

Sem a vigilância da mesa de câmbio do BC, que tem, entre outras funções, coibir os exageros, a especulação com o câmbio passa a ser o melhor negócio do país, ainda mais com a taxa de juros atual. Ganha quem compra títulos do governo e ganha ainda mais quem compra e vende dólar forçando as altas. Ontem, já se falava em subir a taxa de juros por causa da alta do dólar. Se o câmbio sobe e o juro sobe, o mercado entra em estado disfuncional.

É falsa a tese de que não adianta o BC entrar no mercado de câmbio, pois seria enxugar gelo. O argumento de que US\$ 350 bi em reservas seriam volatilizados rapidamente não tem o menor cabimento. Se o BC avisar que vai vender US\$ 500 mi em swaps, simples aviso, o câmbio volta a cair e causará grandes prejuízos a quem apostar na alta. Essa correção, por si só, conteria a onda de especulação do mercado.

Juros nos EUA, cenário fiscal e declarações de Lula, sim, mexeram com o dólar, mas o Banco Central deveria ter entrado no mercado. Ontem, o dólar acumulou queda de 0,36% na semana; recuo de 0,36% no mês; porém, alta é de 14,75% no ano. O real está entre as moedas que mais se desvalorizaram. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, porém, acredita que o câmbio vai "se acomodar" nos próximos dias. Ele evitou comentar se o Banco Central deveria ajudar o governo a conter a desvalorização do real neste ano, uma das maiores do mundo, mas isso não é coisa que se fale antes de fazer.

No final da cerimônia de lançamento do Plano Safra Agricultura Familiar, Lula disse que "responsabilidade fiscal é compromisso" e que governo "não joga dinheiro fora". Dessa vez, Lula não mencionou o Banco Central, a alta do dólar ou o patamar da taxa de juros. Campos Neto volta do período de férias antes da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que ocorre em 30 e 31 de julho. O colegiado é responsável por fixar a taxa básica de juros (Selic), atualmente em 10,5% ao ano.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira resiste em incluir carne na cesta básica

Presidente da Câmara enfatiza que proteína animal nunca fez parte dos itens e que acrescentá-la pode provocar um aumento do imposto sobre consumo

» ÂNDREA MALCHER

Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados



Lira estima votar o texto da reforma na quarta ou na quinta-feira

Impasse sobre a inclusão de carne na cesta básica isenta de tributação provocou o adiamento, de ontem para hoje, da apresentação do relatório que regulamenta a reforma tributária. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou ser contra a medida, defendida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Lira disse que incluir carne poderia encarecer a cesta básica. "Nunca houve proteína na cesta básica. Nunca houve, mas se couber, a gente vai ter que ver quanto essa inclusão representa na alíquota que todo mundo vai pagar", comentou.

Lula voltou a sugerir, ontem, uma diferenciação de imposto para carne. "Estamos com um problema agora. Estamos fazendo a reforma tributária, a primeira feita em 40 anos sob um regime democrático. Mas agora temos que discutir o que vai entrar na cesta básica e o que vamos isentar de imposto na cesta básica", disse. "Temos de entender que, possivelmente, teremos de separar entre o que é carne in natura e o que é carne processada."

O relatório da regulamentação foi motivo de uma longa reunião ontem entre Lira e os deputados que compõem o grupo de trabalho da reforma tributária.

O GT debate as regras gerais de operação dos tributos que vão substituir PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS após o período de transição entre 2026 e 2033. Após a

apresentação do parecer, as bancadas poderão se debruçar sobre o texto e debatê-lo. Conforme apuração do **Correio**, Lira afirmou a aliados que só colocará o relatório em votação quando houver consenso. O deputado estima que a votação do texto ocorrerá na quarta ou quinta-feira da semana que vem, no plenário da Casa.

Segundo Lira, há um esforço para diminuir a alíquota base de referência, prevista no texto original, de 26,5%. Esse índice vale para mercadorias e serviços que não são beneficiados com alguma forma de tratamento diferenciado.

"Temos limites para manutenção de um nível de alíquota,

o menor possível. Veio do governo em torno de 26%. Se pudermos, iremos reduzir ou manter, mas nosso trabalho é para que se reduza ainda mais a alíquota geral para todo mundo", declarou. "Vai depender do trabalho deles, mas todas as conversas são de análise de item por item, de cada pedido e o que importa. Então proteína, só da carne, dá quase 0,57% de alíquota. Acho que é um preço pesado para todos os brasileiros. Aumentar o cashback para pessoas do CadÚnico, com relação a serviços essenciais, por exemplo, terá um efeito muito maior do que incluir a carne na cesta básica."

Taxação de armas

A Câmara estuda incluir armas na taxa do Imposto Seletivo, o tributo que será cobrado sobre bens e serviços nocivos à saúde e ao meio ambiente. A informação foi confirmada pelo deputado Hildo Rocha (MDB-MA), integrante do grupo de trabalho que analisa o projeto de lei complementar principal da reforma tributária. Segundo ele, esse é um dos pontos de controvérsia.

A incidência do Imposto Seletivo, apelidado de "imposto do pecado", sobre armas estava prevista na proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma, mas saiu do texto por meio de um destaque apresentado pelo PL na votação no plenário, em dezembro. A "bancada da balala" e os aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro são defensores da pauta armamentista no Congresso e resistem a essa medida.

Todos os membros dos grupos de trabalho deverão assinar o relatório, ou seja, não haverá relator único. A leitura do texto no plenário, na hora da votação, também deverá ser dividida entre os integrantes dos grupos.

A reforma tributária foi promulgada pelo Congresso em 20 de dezembro, após mais de 30 anos de debates.

Só dois negócios não prosperam em Goiás: blindagem de automóvel e segurança privada.

Se seu negócio é outro, o estado mais seguro do Brasil está pronto para te receber.



Líder em atividade econômica no Brasil

6% de crescimento, 3x mais que a média do Brasil.



Segurança pública e segurança jurídica

Queda na criminalidade e respeito à propriedade privada.



Liberdade econômica e maior PIB da história

Menor "Custo Brasil" e incentivo ao empreendedorismo.



Investimentos em educação, talento e pesquisa

Líder em geração de emprego, inovação e qualificação.